



O campo da História Antiga na Pós-Modernidade:  
do produtivismo ao consumo hipermediático

The field of Ancient History in Post-Modernity: from  
productivism to hypermedia consumption

CARVALHO, Rafael Virgílio de<sup>1</sup>

GOMIDE, Daniela Dias<sup>2</sup>

Resumo: O campo da História engloba a produção acadêmica, propriamente científica, e os diversos leitores que, cada qual a seu jeito, interpretam as narrativas históricas incorporando memórias cada vez mais individualizadas através de práticas chamadas, genericamente, de pós-modernas. Para pensar o sujeito e a construção de sua identidade histórica é preciso refletir sobre o produtivismo que impera no âmbito científico e as

<sup>1</sup> Graduado em História pela UNESP no ano de 2007. Mestre em História pela UNESP, título obtido em 2011 com a dissertação *A piedade epicureia e a formação do campo 'politikós' do Jardim* (publicado em forma de livro pela Editora Prismas com o título *Epicuro e o seu Jardim: filosofia, piedade e cidadania na helenística Atenas*). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, com a pesquisa *A dramaturgia filosófica de Platão*. Membro do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM) da UNESP. E-mail: rafael\_virgilio\_carvalho@hotmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em comunicação social habilitação jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP), onde realiza pesquisas sobre educação de jovens e educomunicação em Telessaúde. E-mail: danielagomide@hotmail.com.

Recebido em: 25/07/2017

Aprovado em: 29/10/2017

práticas pelas quais a memória é consumida e incorporada ordinariamente. Assim, alguns conceitos do campo da Sociologia e da Comunicação devem ser utilizados pela História para que sejam percebidas as consequências socioculturais do uso global das novas tecnologias da comunicação. O objetivo é que os historiadores se atentem para o trânsito de sujeitos e objetos socioculturais que existe por entre os polos de produção e de consumo das narrativas históricas. Percepção que urge nas áreas da História Antiga e Medieval na medida em que estão sendo progressivamente menos valorizadas.

**Palavras-chave:** História Antiga; Pós-Modernidade; produtivismo; consumo hipermediático.

**Abstract:** The field of history encompasses academic production, properly scientific, and the diverse readers who, each in their own way, interpret historical narratives incorporating increasingly individualized memories through practices called, generally, postmodern. In order to think about the subject and the construction of its historical identity, it is necessary to reflect on the productivism that prevails in the scientific sphere and the practices by which the memory is consumed and incorporated ordinarily. Thus, some concepts of the field of Sociology and Communication must be used by History to be perceived the sociocultural consequences of the global use of new communication technologies. The goal is for historians to look at the transit of sociocultural subjects and objects that exists between the poles of production and consumption of historical narratives. Perception that is urgent in the areas of Ancient and Medieval History insofar as they are being progressively less valued.

**Keywords:** Ancient History; Post-Modernity; productivism; hypermedia consumption.

*Nosso presente se questiona sobre o lugar que os antigos podem ocupar em nossos programas acadêmicos e nos cânones da cultura moderna. Fariam eles ainda parte de nossa bagagem ou os teríamos abandonado no meio do caminho? (HARTOG, 2003a, p. 7).*

O historiador francês François Hartog, em sua coletânea de textos intitulada *Os antigos, o passado e o presente*, acredita que as transformações ocorridas no campo da ciência histórica, e que teve na revista dos *Annales* o seu paradigma, reservou para a História Antiga um setor periférico que reflete a desvalorização da cultura clássica na sociedade contemporânea. O mundo antigo não consegue mais legitimar as instituições atuais já que o seu simulacro gradualmente se desvanece sob as frenéticas demandas individualistas e consumistas do mundo globalizado.

Segundo Hartog (2003a, p. 193-194), na França, o espaço dos estudos antigos se encontra fechado às inovações metodológicas e os pesquisadores recrutados para as suas fileiras formam redes que distribuem cargos e publicam revistas preocupadas majoritariamente com a defesa de um território cada vez mais restrito e ameaçado. Ele descreve o campo como sendo composto por “sentinelas da ortodoxia” e “marginais” que se digladiam pela vulgata filológica, cuja posse define os limites em que os seus objetos podem ser encerrados. Assim, as fronteiras institucionais da História Antiga, hoje, estão reduzidas a apêndices de departamentos acadêmicos muitas vezes agregados a outras disciplinas, como a Arqueologia e as Letras Clássicas.

A conjuntura francesa reflete, em certa medida, as condições científicas da disciplina em quase todo o mundo globalizado. Isso ocorre principalmente em nichos acadêmicos em que a escola francesa é vista como modelo a ser seguido. Nesse contexto é imprescindível questionar: qual o lugar e a pertinência das pesquisas sobre a Antiguidade? De fato, a memória do mundo antigo não possui a mesma relevância de outrora. A desvalorização de suas narrativas dificulta a convallescência desse passado e o torna menos vivo. Contudo, a carência de vestígios que condiciona o ofício do antiquista<sup>3</sup> também o capacita a retomar indefinidamente os documentos antigos de modo a explorar a sua “pluridimensionalidade”. Talvez seja esta a pertinência que levou Hartog (2003a, p. 197) a apostar todas as suas fichas num projeto que quer enxergar a História Antiga por uma perspectiva extemporânea: vendo-a como uma disciplina inclinada “a pensar no presente e a pensar o presente”.

Tal desafio, na verdade, é dirigido à estética historiográfica por meio da qual o historiador articula o passado materialmente herdado com o presente discursivo que invagina todas as palavras e enunciados expressos em sua narrativa histórica. Desse jeito, o que parecia ocasionar o enclausuramento em si mesma pode tornar a disciplina mais aberta às teorias de outras áreas das ciências humanas, posto que a necessidade de problematizar as fontes históricas acaba alargando a dimensão criativa da História Antiga. O valor dessa aposta, portanto, está na busca por novos e diferentes usos dos textos pelos quais se constrói a alteridade entre o mundo antigo e a atualidade pós-moderna.

## **A História Antiga no Brasil: um breve panorama da origem a sua renovação no século XXI**

A aposta feita por François Hartog se defronta, hoje, com o momento em que o Ministério da Educação (MEC) propõe uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>4</sup>, já em sua terceira versão<sup>5</sup>, na qual a História Antiga se vê ameaçada e relegada somente ao 6º ano do Ensino Fundamental. Nessa condição, o ensino sobre a Antiguidade ficaria reduzido à gênese dos conceitos e fatos básicos que legitimam algumas instituições da atualidade. O seu espaço, inclusive, estaria restrito também pelo ensino de outros períodos da história que, igualmente, validam a existência de certas estruturas sociopolíticas modernas. Sem contar que nesta faixa etária do desenvolvimento cognitivo a capacidade de abstração dos conteúdos dificultaria a formação de uma memória em que a Antiguidade pudesse de fato estar presente.

A modificação do currículo de História reflete as políticas públicas que buscam a apropriação institucional das memórias nacionais. O caso brasileiro faz parte de um movimento global que se iniciou no século passado e que prega a patrimonialização

<sup>3</sup> Denominação dada aos estudiosos do mundo antigo.

<sup>4</sup> Para conferir a proposta do BNCC acesse: [basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br)

<sup>5</sup> Enquanto a primeira versão do BNCC inseria o componente de História Antiga somente em “Categorias, Noções e Conceitos”, do parâmetro curricular de História do 6º ano do Ensino Fundamental (referente à habilidade de “identificar e discutir características, pessoas, instituições, ideias e acontecimentos relativos a cada um desses períodos históricos: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea”), a segunda e a terceira versões ampliaram o conteúdo de História Antiga e Medieval para todo o período letivo do 6º ano. Todavia, enquanto a segunda versão do BNCC excluiu completamente essas áreas, a terceira versão ainda não foi publicada.

da memória coletiva. As proporções desse fenômeno são tais que a UNESCO<sup>6</sup>, através de iniciativas e convenções, exerce prerrogativas junto aos governos nacionais no intuito de universalizar o patrimônio de memórias consideradas essenciais para uma pretensa identidade histórica de uma nação ou de toda a humanidade. Na verdade, o que as políticas em torno da memória e do patrimônio criam são rearranjos nas relações científicas e nesta conjuntura os estudos sobre a Antiguidade acabam sendo alocados para a periferia do campo histórico.

A História Antiga no Brasil passou a ter alguma relevância acadêmica a partir da década de 1940, mas foi por volta de 1970 que ela se expandiu, inicialmente, nas universidades de maior renome para depois se estender por quase todo o cenário nacional. Margarida Maria de Carvalho e Pedro Paulo Funari (2007, p. 14), respectivamente, professores da Universidade Estadual Paulista e da Universidade Estadual de Campinas, contam que a difusão da disciplina se deu em meio à repressão militar e serviu ao controle ideológico operado pela chamada Direita Política do país. Naquela época, a História Antiga que predominava nas salas de aula era de cunho factual e instrumentalizava a censura instaurada pelo governo.

A grande guinada da historiografia relativa a Antiguidade acompanhou as mudanças políticas que se efetivaram no Brasil e, durante a década de 1980, ela se abriu às inovações marxistas que influenciaram todas as áreas da História. Desde então, as pesquisas realizadas pelos antiquistas não deixaram de seguir os avanços da historiografia mundial, e um dos maiores influxos desse período veio do historiador americano Moses Finley cujas análises se pautavam na crítica ao conceitual marxista e no uso do modelo weberiano. No entanto, foi em meados da década de 1990 que os estudos no campo da História Antiga se tornaram mais audaciosos e, já no âmbito da Nova História, as temáticas acabaram sendo ampliadas e as abordagens de análise passaram a ser mais diversificadas.

Enfim, com a difusão da História Cultural e a multiplicação de dissertações e teses inspiradas na noção de representação, a virada para o século XXI trouxe novas perspectivas pelas quais o historiador da Antiguidade começou a utilizar a análise do discurso como principal método de investigação histórica. A respeito do trato das fontes, Carvalho e Funari (2007, p. 15) dizem que a datação e a autoria, as críticas internas e externas dos discursos, sua linguagem metafórica e, de modo geral, toda a desconstrução do discurso foram amparados por um instrumental teórico que surgiu com o reconhecimento da Pós-Modernidade. Nessa direção, aliados ao conhecimento documental e historiográfico, os antiquistas introduziram novos métodos, técnicas e teorias de abordagem, associando tais interpretações à análise iconográfica e à cultura material.

Com a expansão da História Antiga no Brasil a sua historiografia buscou uma maior interdisciplinaridade com as outras ciências humanas e sociais. Como resultado as interpretações históricas que se acumulavam, puderam transpor as incertezas e os modelos normativos que impunham barreiras epistemológicas e dificultavam a ampliação do olhar através do qual o passado antigo poderia ser, então, mais profundamente desvelado. Hoje, a historiografia brasileira sobre a Antiguidade está atenta e inserida nas principais discussões internacionais que propõem a renovação do campo e incorpora à disciplina as problemáticas identitárias que pautam os conflitos cotidianos.

<sup>6</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Entretanto, ao mesmo tempo em que os antiquistas investem nas atualizações de suas pesquisas, alcançando níveis de produção e de qualidade acadêmicas que os colocam próximos aos debates com os polos europeu e estadunidense, eles se veem solapados pelas políticas públicas que mudam drasticamente as bases curriculares do país e transformam o patrimônio brasileiro drenando a Antiguidade de sua memória. Tal desvalorização da História Antiga, muito possivelmente, contribuirá para a obsolescência da produção historiográfica dos estudos antigos no Brasil<sup>7</sup> e forçará uma nova normatização do que é digno de memória, cuja patrimonialização constrangerá cada vez mais a construção de uma identidade “nativa” brasileira<sup>8</sup>.

Todavia, antes de entrar no mérito da relação entre memória e patrimônio, faz-se necessário discorrer sobre a temporalidade experimentada pelo homem do século XXI e sobre uma possível definição da História enquanto ciência, e que extrapola a própria disciplina que cuida do campo dos estudos sobre a Antiguidade. Não só a História Antiga, mas a história como um todo parece clamar por novos papéis em um momento caracterizado cada vez mais por diretrizes que compõem aquilo que pode ser chamado de Pós-Modernidade.

## O regime de temporalidade pós-moderno e a narrativa histórica enquanto objeto de consumo

O tempo sempre foi o enredo da narrativa histórica, mas, talvez por estar à mercê da obviedade, demorou séculos para que os historiadores o fizessem objeto de suas reflexões científicas. O pensamento tende a conceber o tempo de maneira dicotômica enquanto dimensão física espaço-temporal e como um plano da percepção humana relativa às suas experiências de vida. A primeira concepção faz do tempo um presente absoluto que, a partir da atividade racional do homem, projeta-se em um passado vivido, experimentado, e em um futuro por vir, que é sempre esperado<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Como consta na *Carta crítica da ANPUH-Rio à composição do componente curricular de História na Base Nacional Comum Curricular*, referente aos investimentos em pesquisa nas áreas não só da História Antiga, como também de outras áreas igualmente menosprezadas pelo MEC: “Nesse cenário, o que a BNCC propõe é uma história nacionalista e que não articula a integração do Brasil aos processos históricos globais. Fica, assim, evidente que os investimentos das agências de fomento em pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em História não foram levados em consideração. Isso é extremamente grave, pois estamos lidando aqui com investimentos públicos aplicados em produção de conhecimento que não chegará ao currículo escolar” (ANPUH-Rio, 2015, p. 2).

<sup>8</sup> A limitação da escolha na construção da identidade também foi abordada por outra carta, ainda no âmbito da ANPUH-Rio, escrita pelo Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval (2016) nos seguintes termos: “Uma vez que a ideia de Nação é apresentada como critério basilar para pensar a nossa história, desconsideram-se e/ou excluem-se outras variáveis igualmente decisivas para a formação dos discentes. Uma formação plural deve envolver elementos mais heterogêneos, que superem os limites das identidades nacionais e envolvam diversas questões sensíveis aos estudantes. Se, por princípio, as identidades são relacionais, a ausência de variáveis que permitam o contato com as alteridades empobrece de modo significativo a formação humanista dos estudantes. A Base, portanto, limita a pluralidade dos passados ao partir da centralidade da ideia de nação. O sintoma mais claro disto é a omissão de temas relativos a passados distantes [...] a exclusão de História Antiga e Medieval, baseada na falsa assunção de que só é possível pensar a Antiguidade e o Medieval sob o ponto de vista eurocêntrico. [...]. O enquadramento nacionalista do componente História da BNCC restringe os estudantes a uma narrativa histórica única”.

<sup>9</sup> Gilles Deleuze (2007, p. 6), em *A lógica do sentido*, escreve que “o tempo deve ser apreendido duas vezes, de duas maneiras complementares, exclusivas uma da outra: inteiro como presente vivo nos corpos que agem e padecem, mas inteiro também como instância infinitamente divisível em passado-futuro, nos efeitos incorporais que resultam dos corpos, de suas ações e de suas paixões. Só o presente existe no

A percepção humana da passagem do tempo, de um passado no agora desfeito para um futuro ainda não feito, torna a consciência um registro dos momentos vividos que se utiliza da memória orgânica para atribuir significados a sua própria existência. A memória, assim, é entendida como a capacidade de reter experiências a partir da qual o sujeito edifica uma identidade que é o fruto da articulação subjetiva entre o passado, o presente e o futuro (HARTOG, 2003b, p. 11-12). Logo, como objeto histórico, o tempo só adquire sentido quando relacionado aos momentos “que não mais existem” e aos “que ainda não são”, de modo que pela ação consciente do homem sobre si o tempo se transforma em temporalidade.

O tempo, portanto, é uma estrutura tridimensional da psique que se objetiva em um regime de temporalidade por meio do qual o sujeito se vê como ser histórico. Ele não é uma essência em que a história se realiza como fonte de conhecimento já que, sendo articulação da consciência humana, expressa constantemente uma temporalidade possibilitando as impressões das condições históricas que sujeitam os indivíduos. Imerso em um regime de temporalidade é que o sujeito consegue sentir o tempo passar de certa forma e sob determinadas regras ele o vivencia enquanto envelhecimento, percebe-o como torrente e o vê como finitude ante a ameaça da morte.

François Hartog (2013, p. 147-148) afirma que no atual regime o tempo é percebido como aceleração que progressivamente hipertrofia o presente por corresponder às demandas de uma sociedade tomada pelo consumo. Nele, as inovações tecnológicas e a busca pela satisfação instantânea dos desejos coisificam os homens e tornam obsoletos os objetos de consumo em uma velocidade alucinante. Nessa perspectiva, os sujeitos não são mais definidos pela simples produtividade, mas pela flexibilidade e mobilidade que conseguem impor a si mesmos para se adaptarem às modulações empresariais que incansavelmente os controlam<sup>10</sup>. Por conseguinte, o tempo acaba se configurando como uma mercadoria consumida efetivamente na instantaneidade do presente e de forma a valorizar aquilo que é efêmero.

A rapidez com que o presente se manifesta no cotidiano pós-moderno provoca a recusa do envelhecimento e o anseio pela juventude, além de instigar a ambição pela eternidade vista como vontade de dominar a imediatez do tempo. A Pós-Modernidade denuncia a obsessão pelo presente, o desejo de controlar ou até de suprimir o instante de sua passagem. Nos dias de hoje o presente se transformou em um horizonte de eventos<sup>11</sup> do qual nada escapa e pelo qual esta dimensão parece estar cada vez mais distendida. São estes dois aspectos que impelem o ser humano a uma intensa crise em sua relação consigo mesmo e com o tempo.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra *Vidas Desperdiçadas*, associa

tempo e reúne, absorve o passado e o futuro, mas só o passado e o futuro insistem no tempo e dividem ao infinito cada presente. Não três dimensões sucessivas, mas duas leituras simultâneas do tempo”.

<sup>10</sup> Deleuze (1992, p. 221-224), em *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*, discorre sobre a “modulação” e a “empresa” relatando que “os controles são uma modulação, como uma moldagem autodeformante que é continuamente modificada a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas se transformam de um ponto a outro. [...] numa sociedade de controle a empresa substitui a fábrica [...] a empresa introduz no tempo uma rivalidade inextinguível como a emulação [...] nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço são estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal. [...]. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado”.

<sup>11</sup> Alusão feita à teórica fronteira de um buraco negro, na qual a força da gravidade é tão forte que nada lhe escapa, nem mesmo a luz.



a aceleração do tempo com a transitoriedade inerente aos elementos que compõem a vida humana. Tal aceleração é condição *sine qua non* da contemporaneidade, caracterizada pela obsolescência dos objetos cotidianos e pela primazia do individualismo nas relações sociais. De acordo com esta perspectiva os sujeitos vivenciam um ritmo tão neurótico de renovação, onde tudo é rapidamente ultrapassado, que a única coisa digna de permanência é o indivíduo em sua fisionomia isolada. É o que menciona o sociólogo:

O ritmo vertiginoso da mudança desvaloriza tudo o que possa ser desejável e desejado hoje, assinalando-o desde o início como o lixo de amanhã, enquanto o medo do próprio desgaste que emerge da experiência existencial do ritmo estonteante da mudança instiga os desejos a serem mais ávidos, e a mudança, mais rapidamente desejada (BAUMAN, 2004, p. 135).

Bauman (2004, p.137-138) diz que os ritmos dos movimentos da cultura e dos rearranjos sociais tornam obsoletos todos os objetos antes até de serem fabricados. Quando a produção dos desejos é previamente abreviada e a sua satisfação encurtada, o resultado é a “brevidade do tempo de vida dos objetos de desejo ao mesmo tempo em que se suaviza e acelera a viagem dos mesmos em direção à pilha de lixo”. Consequentemente, viver a Pós-Modernidade, ou a Modernidade Líquida<sup>12</sup> como a denomina Bauman, significa esquecer o passado e desapegar-se do futuro para adquirir uma identidade mutável que possa ser “descartada” quando esta estiver “fora de moda”.

O mundo líquido é construído por relações sociais desengajadas e práticas culturais descontínuas que fazem do tempo uma temporalidade propícia ao esquecimento. Dessa forma, os sujeitos deixam para trás o saber e a acumulação na medida em que se preocupam mais com a atualização de si próprios do que em sustentar velhos ou novos ideais. Não ser redundante para que a sua identidade possa prevalecer por mais alguns instantes é a máxima que corresponde à temporalidade que tem no presente a sua potência. Por isso, mais do que “surfando no agora”, “empreender o instante seguinte” é o que garante de antemão a posse do presente em sua iminência.

Sobre isso, François Hartog declara que:

[...] o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado. Volta-se, de algum modo, sobre si próprio para antecipar o olhar que será dirigido para ele, quando terá passado completamente, como se quisesse “prever” o passado, se fazer passado antes mesmo de ter acontecido plenamente como presente; mas esse olhar é o seu, presente para ele. Essa tendência em transformar o futuro em futuro anterior pode chegar à caricatura (HARTOG, 2013, p. 149-150).

Nesse regime carregado de presente, chamado por Hartog de Presentismo, o <sup>12</sup> “Modernidade Líquida” é a expressão pela qual Bauman designa a fluidez das relações socioculturais da Contemporaneidade. O conceito diz respeito ao dinamismo da sociedade capitalista desde a segunda metade do século XX, cujo aspecto se diferencia das relações modernas por sua fluidez e volatilidade. Em contraposição, o sociólogo polonês se refere à fixidez das relações entre os sujeitos e das instituições antigas como “Modernidade Sólida”. Assim, a volatilização das relações socioculturais, para Bauman, é concebida pela perda dos parâmetros concretos de classificação do mundo, já que estes se dissolvem à medida que aumenta a individualização dos sujeitos que então têm que se socializar mediante as suas próprias forças. Tal volatilização, ou liquidez, torna-se o eco da subjetividade pós-moderna que se apega à inconstância e à incerteza em relação às referências sociais cada vez mais generalizantes.

tempo não passa e as histórias sobre as experiências de vida não são simplesmente contadas, mas recontadas constantemente de diferentes maneiras e para públicos distintos sempre por meio de narrativas sucintas. A história que leva em consideração tal temporalidade, com toda a sua “liquidez”, vale-se da informação de primeira mão para anunciar como inédito o que já foi dito de uma outra maneira. Sua composição é midiática, ou seja, a história é mais noticiada do que narrada, como se fosse um anúncio do passado feito no e para o presente. Entretanto, este “efeito de anúncio”<sup>13</sup> não conta o passado, antes, atualiza-o em relação ao presente e, por isto, tal história se alimenta do esquecimento.

É nesse sentido que o jornalismo parece ser o precursor da história midiaticizada. A mídia não só acompanhou, como desenvolveu o movimento do presentismo que é, verdadeiramente, a sua razão de ser. Na corrida cada vez mais acelerada para o “ao vivo”, ela produz para o consumo e recicla incansável e insistentemente cada palavra e imagem de forma a noticiar a história. O jornalista comprime a narrativa anunciando em trinta segundos aquilo que o historiador demora anos para narrar. Dessarte, como em uma viagem de turismo<sup>14</sup> o sujeito visita o passado e, contudo, volta já pensando no futuro que se fará presente na próxima viagem.

A economia midiática da narrativa, deste modo, não deixa de produzir e utilizar o acontecimento<sup>15</sup> de maneira a difundir arbitrariamente a “prática do esquecimento”. A história do tempo presente do Presentismo, midiaticizada porque é mediada por tecnologias que aceleram a sua narração<sup>16</sup>, tem a sua existência fundada no consumo. Os sentidos das narrativas históricas disponibilizadas pelos veículos de comunicação, que não são mais os livros de papel, são apreendidos e acabam sendo incorporados através das “práticas de aceleração”. Tal velocidade faz com que o sentido seja valorizado mais pelo consumo do que pelos significados propriamente ditos, os quais são obliterados em função do desejo da “próxima leitura” que pretensamente saciará a demanda por uma “identidade líquida”, isto é, pela vontade do sujeito de ser e de ver-se de certa forma e que o leva a modificar a si mesmo para acompanhar a tendência da “próxima moda”.

Em resumo, a história midiaticizada subsiste na capacidade que o sujeito tem de esquecer o passado em proveito de um presente onde todos os sentidos são redutíveis ao consumo. O consumo é uma prática onipresente na “sociedade líquida”, pós-moderna, no qual o indivíduo se sujeita à incorporação de dispositivos tendo em vista o valor<sup>17</sup>

<sup>13</sup> Conceito mencionado por François Hartog (2013, p. 150) que diz respeito ao aspecto a priori da narrativa midiática, isto é, à valorização de prognósticos iminentes na organização das informações que noticia o acontecimento histórico.

<sup>14</sup> Metáfora que tem como referência a alusão feita por Hartog (2013, p. 148) a respeito do turismo e do presentismo: “O turismo é também um poderoso instrumento presentista – o mundo inteiro ao alcance da mão, em um piscar de olhos e em quadricromia”.

<sup>15</sup> Entender o “acontecimento”, a partir de Deleuze (1995, p. 6; 23-26; 154), como o sentido criado pela linguagem resultante das ações e paixões humanas que referencia os estados de coisas reais, mas também, levando em consideração Paul Veyne (1983, p. 34-53), como individuação das variáveis históricas que permite conceituar aquilo que determinado momento teve de diferente.

<sup>16</sup> É válido citar, aqui, o “paradigma da tecnologia da informação” analisado pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (2007, p. 107-113), em sua obra *A sociedade em rede*, no qual, entre outras características, frisa como as transformações nas telecomunicações, de finais do século XX, agiram sobre o processamento das informações que passou a ser estruturado em uma lógica de rede, criando sistemas cada vez mais integrados pela convergência entre os meios de comunicação que flexibilizou e acelerou as relações sociais e a produção do conhecimento.

<sup>17</sup> O conceito de valor empregado aqui faz referência à sociologia de Pierre Bourdieu (1990; 1996; 2007)



dos objetos interiorizados. Nesse âmbito, a narrativa histórica é lida ao mesmo tempo em que é consumida, ou seja, é o valor impregnado em seu produto que está na mira do sujeito. É a vontade de ter mais do que a de ser que motiva a leitura da narrativa histórica, pois o “ter” define a “identidade fluídica” da Pós-Modernidade. É com esta identidade que o campo da História tem que se preocupar para continuar existindo de maneira relevante nas sociedades estruturadas pelo capitalismo contemporâneo.

## A hiperleitura enquanto prática de consumo e o corpo como lugar de memória da Antiguidade

Seria ilusório pensar o campo da História sem levar em conta as demandas do mercado globalizado que incansavelmente invaginam as práticas científicas em benefício de sua própria estrutura neoliberal. A lógica produtivista que atinge as universidades, e as transformam em “corporações” que canalizam todas as suas forças para a fabricação e instrumentalização do conhecimento, deve ser considerada quando, hoje, a ciência histórica é colocada em questão. A História é um síncrono de fatores conjunturais que dizem respeito à produção, à circulação e à recepção do conhecimento, no qual participam inúmeros sujeitos, cientistas ou não, com diferentes posicionamentos em seu campo.

Lucídio Bianchetti e Ione Ribeiro Valle (2014, p. 95-98), professores do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, mencionam como o denominado paradigma do “Processo de Bolonha”<sup>18</sup> tomou conta da produção universitária brasileira a partir da uniformização estipulada por padrões internacionais de excelência acadêmica. Em prol da crescente competitividade mundial, os ciclos de formações acadêmicas foram encurtados para que fossem alcançadas mais rapidamente as metas relativas à flexibilidade e mobilidade dos pesquisadores, além da melhoria na empregabilidade e aumento da competitividade no mercado científico. O predomínio desse modelo de gestão universitária influiu a produção acadêmica acelerando o fluxo de informações provenientes de seu polo produtor e inundando com bens científicos os mais variados espaços da sociedade.

Somados a isso, a difusão das tecnologias digitais, com os seus peculiares ritmos e redes de comunicação, contribuiu para diminuir as distâncias, abreviar o tempo e maximizar o processamento do conhecimento científico, inclusive o histórico. Nesse contexto de aceleração e produtivismo, tanto no polo produtor da ciência quanto no polo receptor do conhecimento, é que as narrativas históricas são criadas, recriadas e consumidas. Os novos meios de circulação da informação, principalmente através da convergência<sup>19</sup> engendrada pela internet, disseminam o conhecimento histórico como

---

que enfatiza a apropriações de valores mediante uma economia simbólica efetivada nos mercados dispostos e sobrepostos na sociedade.

<sup>18</sup> Acordo assinado em conjunto pelos ministros da educação dos países da União Europeia, efetuado em junho de 1999, que tinha como objetivo a construção de um “Espaço Europeu de Ensino Superior” coeso, harmônico e competitivo, durante um período de dez anos. Com a finalidade de promover a mobilidade dos estudantes e demais agentes educativos e a empregabilidade dos diplomados para dar conteúdo real aos direitos de livre circulação e estabelecimento dos cidadãos, além de reforçar a competitividade internacional do ensino superior europeu no contexto da crescente globalização dos sistemas de ensino e de formação.

<sup>19</sup> Henry Jenkins (2009, p. 29) explica que a “convergência, [faz referência a] o fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, a cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e o comportamen-

nunca visto anteriormente. Tal propalação, dessa maneira, contribuiu para o surgimento de uma nova “prática de leitura” dos textos históricos que pressupõe o *hiperlink*<sup>20</sup>.

Canais de televisão, periódicos eletrônicos, acadêmicos ou não, aulas e materiais didáticos de história armazenados em plataformas de *broadcast*<sup>21</sup>, acervos digitalizados de arquivos, em museus e bibliotecas, entre outros conteúdos são disponibilizados pela *web*<sup>22</sup> em forma de hipertextos<sup>23</sup>, isto é, uma gama ilimitada de textos passíveis de se conectarem uns aos outros simplesmente por estarem *on-line*. O hipertexto pode ser definido pelo caráter ilimitado de sua intertextualidade, o que gera uma leitura multisequencial operada pela seleção arbitrária do percurso significativo dos textos. O *hiperlink* oferece uma maior mobilidade aos enunciados permitindo ao leitor ser mais ativo na produção de sentido e, deste jeito, restringindo as determinações autorais da composição textual.

O historiador francês Roger Chartier (2005, p. 206-210), em seu livro *O presente do passado*, escreve que a textualidade virtual é fragmentada pelo *hiperlink* que a torna aberta, experimental e relacional. A hiperleitura, como também pode ser designada, é descontínua e os seus elementos compõem um verdadeiro banco de dados cuja fruição não leva à apropriação da identidade total e singular de uma obra, e sim à incorporação de seu valor junto a intensão prévia do leitor. Como cada elemento pode ser deslocado, recortado, estendido e recomposto pelo leitor que dele se apodera, a significação estabelecida pelo autor é obliterada em função de uma semântica “fluidica” que torna o texto reescrito, múltiplo e polifônico, mas que não prevê a renúncia do valor da obra mutilada.

O conceito de hiperleitor vai muito além do sujeito que efetua a sua leitura em um monitor, tablet ou smartphone, pois abrange as práticas que configuram certas formas de cognição e, conseqüentemente, tipos de subjetividades. Tais interioridades estão ocupando de maneira exponencial maiores espaços tanto no polo produtor quanto no receptor da ciência<sup>24</sup>, e mostram-se cada vez mais aptas a lidar com a velocidade que estrutura a disciplina histórica. São esses os sujeitos que tendem à aquisição de conhecimentos históricos veiculados por narrativas midiáticas, já que as suas preocupações estão muito mais direcionadas aos valores que circulam no campo do que ao conhecimento científico propriamente dito.

A prática da hiperleitura implica na obliteração da semântica contida na estrutura migratória dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam”. Ele menciona ainda que este conceito “consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando”.

<sup>20</sup> O *hiperlink* é uma conexão ou um elo entre dois espaços virtuais que armazenam informações ou banco de dados.

<sup>21</sup> O conceito diz respeito ao modo do fluxo de informações virtuais, sendo um “pacote” de dados que disponibiliza as suas informações para todos os computadores conectados à rede (internet).

<sup>22</sup> Termo inglês que significa “teia” e faz referência ao sistema de hiper mídia para a recuperação de informações através da internet, desenvolvido pelos laboratórios do CERN de Genebra (LÉVY, 2003, p. 259).

<sup>23</sup> A nota 21 do glossário do livro *Cibercultura*, de Pierre Lévy (2003, p. 254), explica que o hipertexto é “uma forma não-linear de apresentar e consultar informações [que] vinculam informações contidas em seus documentos [...] criando uma rede de associações complexas através de *hyperlinks*, ou simplesmente, *links*”.

<sup>24</sup> Lembrando que o campo científico não é composto somente por cientistas, posto que os não cientistas também consomem a ciência. Exemplo claro é a educação formal, do Ensino Fundamental e Médio, que pressupõe a divulgação científica e que tem a função de sobrepor o senso comum pelo saber científico.

linear do texto, cujo sentido da narrativa é originalmente fechado, e não apaga o seu valor enquanto obra completa que carrega um capital muito mais vasto<sup>25</sup>. Ao realizar uma leitura dispersiva, o hiperleitor vasculha os textos atrás de “pistas” que contribuam para alcançar o sentido que ele intencionava previamente. O esquecimento é correlato desse tipo de leitura na medida em que sem ele o sentido criado pelo leitor e o valor da obra não podem ser incorporados como uma só estrutura significativa. É preciso “apagar” parte do que o autor disse para utilizar os seus enunciados ao mesmo tempo em que tais palavras ainda veiculam a autoridade daquele que as escreveu. Desse modo, a hiperleitura transforma os textos originais, fragmentando-os, mas preserva o capital a eles vinculado pela autoria.

O atual contexto capitalista condiciona o sujeito à constante aquisição simbólica para a manutenção e acúmulo dos valores que sustentam o sujeito em sua vida cotidiana. Nessa direção, a hiperleitura deve ser considerada uma prática de consumo dado que possibilita ao sujeito interiorizar os sentidos individualizados, a partir de suas necessidades particulares, tendo em vista os valores veiculados pelos textos e incorporados pelo leitor como capital. Tal prática sugere, assim, o esquecimento por meio do qual se constrói uma identidade versátil e apegada ao presente, que está sempre pronta para descartar os significados e os sentidos à medida que há a exigência por uma constante atualização simbólica de si.

O esquecimento do que aconteceu é imprescindível para que o sujeito, entendido como constructo historicizado, acumule capitais em seu próprio corpo<sup>26</sup>, transformando-o em insígnia não daquilo que ele já “foi”, no passado, mas sim daquilo que ele “tem” no presente. A corporeidade do sujeito, nesse sentido, é a expressão de sua própria identidade e a obliteração dos simbolismos diariamente consumidos é a condição que corresponde à obsolescência marcante dos objetos socioculturais hoje produzidos. O esquecimento surge como voracidade que apaga o presente do passado para que o que passou seja refeito novamente no presente o mais rápido possível. No Presentismo, portanto, a memória parece querer ser a apoteose do agora, isto é, ser consumida para que a necessidade da sua ausência se torne a vontade de memória do presente<sup>27</sup>.

François Hartog (2013, p. 162-163) diferencia a memória do regime moderno de temporalidade, que conferia continuidade ao tempo linear, da memória do tempo presente que é o amálgama do desejo pela aquisição:

“Nossa” memória não é mais aquela [moderna], ela que agora só é “História, vestígio e triagem”. Preocupada em fazer memória de tudo, ela é apaixonadamente arquivística, contribuindo a essa cotidiana historização do presente, já observada. Inteiramente psicologizada a memória tornou-

<sup>25</sup> Capital que pode ser econômico, social, cultural ou, mais propriamente, simbólico.

<sup>26</sup> Não se deve entender, aqui, o corpo de um sujeito em sua constituição biológica, mas como extensão física de todas as suas propriedades, como a sua casa, o seu carro, as suas roupas, do mesmo jeito que as expressões do seu intelecto, dos seus sentimentos e emoções. Tal concepção se aproxima de um dos conceitos deleuzianos que entende ser o corpo um objeto concreto que se torna causa a partir da ação de sua força (DELEUZE, 2007, p. 5-12).

<sup>27</sup> Tal esquecimento é diferente daquele pregado pelo filósofo Paul Ricoeur (2000, p. 640-646) que o compreende como “uma força [...] que consiste em intervenções mais ou menos ativas que se podem denunciar como maneiras responsáveis de omissão, de negligência e de obsessão”, pelo qual a memória é selecionada, rememorada e instituída como história por meio de narrativas.

se um assunto privado, que produz uma nova economia da “identidade do eu”. “Pertence a mim [doravante] a atividade de lembrar-me de ser, mas essa lembrança irrecusável, uma vez interiorizada, exige pouco a pouco uma dedicação integral. Memória de quê? No limite, memória da memória”. Enfim, essa memória opera a partir de uma relação com o passado na qual sobrepuja a descontinuidade. O passado não está mais “no mesmo plano”. Por consequência, fomos “de uma história que se procurava na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história”. Tal como se define hoje em dia, a memória “não é mais o que se deve reter do passado para preparar o futuro que se quer; ela é o que se faz com que o presente seja presente para si mesmo”. Ela é um instrumento presentista (HARTOG, 2013, p. 162-163)<sup>28</sup>.

A memória presentista projeta uma história descontínua porque é o reflexo do individualismo, e ela é individualista porque é a matéria-prima que fabrica os objetos históricos passíveis de consumo. De modo similar, o historiador Pierre Nora (1993, p. 12) afirma que a memória é um fenômeno puramente privado, uma propriedade que atualmente ocupa o lugar da história na transmissão de valores e, por isto, tornou-se patrimônio. No entanto, a memória não é mais lembrada já que enquanto propriedade dotada de valor ela precisa ser consumida, ou seja, ao invés de ser rememorada ela necessita ser comemorada. E, mesmo que o passado seja celebrado coletivamente, a memória é peculiarmente incorporada por cada sujeito de acordo com as intenções prévias de suas (hiper)leituras individualizadas.

As comemorações<sup>29</sup> são permeadas por práticas de consumo pelas quais os sujeitos compartilham valores junto com significados diversificados e sentidos particularizados provenientes da fragmentação característica da Pós-Modernidade. Esses particularismos são percebidos como sinais através dos quais os sujeitos se reconhecem na qualidade de membros de um mesmo grupo e em uma sociedade que tende a conceber a partilha mediante o individualismo (HARTOG, 2006, p. 265-266). Tais índices são chamados por Nora (1993, p. 12-13) de “lugares de memória”, os quais se encontram dispersos por entre a materialidade coletiva e são tidos como restos que se tornam rastros aos olhos dos historiadores. Alicerçado na reconstrução desses lugares é que a memória pode ser comemorada e passa a ser experimentada não mais como conhecimento histórico, mas como saber<sup>30</sup> que permite aos sujeitos vivenciar as memórias disponíveis no mercado da História.

Em síntese, a construção da identidade no mundo capitalista neoliberal requer a acumulação de valores incorporados pelo sujeito e corporificados em suas propriedades extensivas, ao mesmo tempo em que reclama pela constante atualização de si por meio do desapego e em função de uma acelerada aquisição de objetos simbólicos. Isso

<sup>28</sup> Os enunciados entre aspas são citações feitas por Hartog do artigo *Pour une histoire au second degré* (In: *Le Débat*, n. 122, 2002, p. 27), de Pierre Nora.

<sup>29</sup> Lembrando que as comemorações, principalmente no Brasil, integram o calendário cristão como demarcações que impõem certo ritmo ao ano criando as “épocas de consumo”, o que as dotam com propósitos eminentemente comerciais.

<sup>30</sup> Foucault distingue nitidamente o “saber” do “conhecimento”: enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, faz referência à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende; o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer (REVEL, 2005, p. 77).

quer dizer que a lógica engendrada pelo produtivismo e pelo consumismo do campo historiográfico, concebido como um mercado de bens científicos, é interiorizada pelo sujeito que, por consequência, constitui o seu corpo como um depositário de valores e lugar de trânsito dos significados e dos sentidos consumidos junto à História.

Nessa conjuntura, os lugares de memória tendem a ser objetivados nos próprios corpos dos consumidores cuja corporeidade pode se configurar como um verdadeiro patrimônio cada vez mais plural e mutável. A “identidade líquida” é caracterizada pela fragmentação enraizada nas ações de um sujeito investido por variados capitais e qualitativamente rizomático<sup>31</sup>. Desse jeito, o campo da História capitaliza esses investimentos de modo a se tornar progressivamente mais hipermediática<sup>32</sup> e, estendendo-se além da virtualidade da *web*, consubstancia-se em importante setor do capitalismo globalizado à medida que assume suas práticas de consumo. Portanto, o consumo é que torna tudo transitório e descartável, exigindo da História novas estratégias de produção e leitura para continuar a exercer papel de destaque no cenário sociocultural.

A História não é mais moderna, sua temporalidade não condiciona o sujeito para o futuro no qual o progresso se efetivará e não enxerga mais o passado como conhecimento a ser transcendido e aperfeiçoado. A crise do homem em sua relação com o tempo ou com a sua identidade, na verdade, é a falácia da Modernidade que, moribunda, ainda caminha cambaleante. Os tempos mudaram, literalmente, e a transitoriedade é a sua constante. O ser humano não deixou de ser histórico, de se historicizar, foi a sua relação com o tempo que mudou, a temporalidade de então é outra. O indivíduo não deixou de ler a história, muito menos a história do mundo antigo, ele agora a consome como uma possibilidade de encontrar o “totalmente outro”, o “absolutamente contrário”. Ele a vê como uma “prática de alteridade”: uma possibilidade de transformação e inovação constante de si mesmo.

## Referências

ANPUH-Rio (Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval). Carta de repúdio à Base Nacional Comum Curricular de História, novembro de 2016. Rio de Janeiro.

ANPUH-Rio. Carta crítica da ANPUH-Rio à composição do componente curricular de História na Base Nacional Comum Curricular, dezembro de 2015. Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 82, p. 89-110, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

<sup>31</sup> Rizoma é um modelo descritivo ou epistemológico na teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari. A noção de rizoma foi adotada da estrutura de algumas plantas cujos brotos podem ramificar-se em qualquer ponto. Ambos os filósofos sustentam que o rizoma é um modelo de resistência estruturado em linhas de fuga que escapam a qualquer forma totalizadora, ele não se fecha sobre si, é aberto a experimentações e sempre ultrapassado por outras linhas que o atravessam. Segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 16) o rizoma é “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz”.

<sup>32</sup> Pierre Lévy (2003, p. 254), em nota 20 do glossário de seu livro, menciona que “a hipermedia, integra textos com imagens, vídeo e som, geralmente vinculados entre si de forma interativa”.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papiрус, 1996.

\_\_\_\_\_. *The Logic of Practice*. Cambridge: Polity Press, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2017.

CARVALHO, Margarida Maria de; FUNARI, Pedro Paulo A.. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. *História*, São Paulo, vol. 26, n. 1, p. 14-19, 2007.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede (vol. 1). In: *A Era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHARTIER, Roger. *El presente del pasado: escritura de la historia de lo escrito*. México: Universidad Iberoamericana, 2005.

DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

\_\_\_\_\_. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, São Paulo, vol. 1, n. 148, p. 9-34, 2003b.

JENKINS, Henry. *Cultura de convergência: a colisão entre os velhos e os novos meios de comunicação*. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993. **Faltou destacar o número de páginas.**

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.